



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO PIAUÍ

PROVA TIPO A

XXIV PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO PIAUÍ EDITAL Nº 24 DE 24 DE JUNHO DE 2013

NÚMERO DA INSCRIÇÃO _____

INSTRUÇÕES:

- O candidato deverá comparecer ao local designado, munido de caneta esferográfica azul ou preta, não sendo permitido o uso de corretivo.
- O candidato deverá manter a prova fechada enquanto o fiscal de sala finaliza a entrega dos cadernos de provas e até que o mesmo dê sinal para iniciar o teste seletivo.
- Verifique se este caderno contém 30 questões, numeradas de 1 a 30; e 02 questões discursivas. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- O Candidato terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher o Caderno de Respostas
- Será excluído do processo seletivo, sem prejuízo de outras medidas, o candidato que:
 - a) não apresentar o documento de identidade original exigido;
 - b) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos, e calculadora;
 - c) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação, inclusive celular;
 - d) for responsável por falsa identificação pessoal;
 - e) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
 - f) não devolver integralmente o material recebido;
 - g) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos
 - h) assinalar ou efetuar qualquer tipo de identificação nas folhas de respostas bem como preencher o campo destinado a transcrição de código pela DPU.
- O candidato somente poderá sair da sala de aplicação das provas 1 hora após o seu início.
- O Caderno de Resposta será entregue somente depois de decorrido 45 minutos do início da prova.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos **trinta minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.**

BOA SORTE!



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO PIAUÍ

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é INCORRETA a alternativa:

a) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

b) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

c) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

d) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

e) As margens dos rios navegáveis são de domínio público, insuscetíveis de

expropriação e, por isso mesmo, excluídas de indenização.

2) A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, insculpidos na Constituição da República, pode-se afirmar que é INCORRETO:

a) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

b) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

c) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

d) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

e) Em nenhuma hipótese, ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente;

3) Quanto aos direitos sociais, previstos na Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores:

I) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

II) Remuneração do trabalho noturno no mínimo igual à do diurno;

III) Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

IV) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO PIAUÍ

V) Remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em cinquenta por cento à do normal;

São corretas:

- a) I, II e IV;
- b) I, III e IV;
- c) II, IV e V
- d) Todas as alternativas
- e) Nenhuma das alternativas

4) De acordo com a constituição Federal, NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo:

- a) De Presidente da Câmara dos Deputados;
- b) De Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- c) Da carreira diplomática;
- d) De oficial das Forças Armadas;
- e) De Ministro de Estado da Defesa.

5) Aos juízes federais NÃO compete processar e julgar:

- a) As causas em que a União, entidade autárquica, empresa pública federal ou sociedade de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;
- b) As causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;
- c) Os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;
- d) Os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei,

contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

e) A disputa sobre direitos indígenas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

6) Qual a alternativa CORRETA?

a) A recondução é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

b) Atualmente, o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício.

c) Compete à Justiça Estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL seja litisconsorte passiva necessária, assistente ou oponente.

d) Estão expressamente previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, são princípios básicos da Administração Pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a razoabilidade e a eficiência.

e) São elementos do ato administrativo: competência, forma, objeto, finalidade e executoriedade.

7) Em 07.08.2013, foi publicada a Emenda Constitucional nº 74/2013, que dispõe sobre a Defensoria Pública da União. Assim, atualmente, é INCORRETO afirmar que a Defensoria Pública da União possui:

- a) Autonomia funcional
- b) Autonomia administrativa
- c) Os mesmos direitos assegurados às Defensorias Públicas dos Estados



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO PIAUÍ

- d) Iniciativa de proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º, da CF.
- e) Iniciativa de proposta legislativa de política remuneratória da carreira.

DIREITO CIVIL

- 8) Analise as assertivas abaixo, e responda:
- I) Considerando a proteção aos direitos do nascituro, podemos afirmar que o Código Civil expressa, textualmente, que a personalidade começa antes do nascimento com vida;
 - II) Um adolescente de quinze anos é relativamente incapaz para os atos da vida civil;
 - III) Em relação ao nascituro, a teoria natalista aponta que este teria mera expectativa de direitos, diferentemente da teoria concepcionista, que sustenta que o nascituro é pessoa humana, tendo direitos resguardados por lei;
 - IV) A capacidade dos Índios é inteiramente regulada pelo Código Civil;
 - V) O casamento só afasta a incapacidade se o nubente for maior de dezoito anos.

Considerando as assertivas acima assinale a alínea que corresponde ao número de itens corretos:

- a) Um
- b) Dois
- c) Três
- d) Quatro
- e) Cinco

- 9) De acordo com o Código Civil brasileiro, é correto afirmar que:
- a) A União é um ente sem personalidade jurídica própria.
 - b) Os partidos políticos, pela natureza dos mandatos eletivos que seus filiados podem exercer, detêm personalidade jurídica de direito público.

- c) Associações e Sociedades tem em comum o fato de possuírem finalidade lucrativa.
- d) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente, sendo esta situação denominada pela doutrina de domicílio voluntário.
- e) A desconsideração da personalidade jurídica está prevista expressamente no Código Civil, tendo sido adotada neste código a chamada teoria maior da desconsideração.

10) Assinale a alternativa correta:

- a) Os bens infungíveis podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas de uma pessoa, dotadas de valor econômico. Uma biblioteca exemplifica esta categoria de bens.
- c) A ocorrência de um evento da natureza, por si só, é um fato jurídico.
- d) Apesar de incapaz, um menor de quatorze anos pode praticar um negócio jurídico, que será considerado existente, porém, maculado no tocante a sua validade.
- e) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.

11) Analise as assertivas abaixo, e responda:

- I) É anulável o negócio jurídico quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa;
- II) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes;
- III) O ato inequívoco que importe em reconhecimento do direito pelo devedor não interrompe a prescrição;
- IV) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização;
- V) O mutuário do SFH não pode ser compelido a contratar o seguro habitacional obrigatório com a instituição financeira



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO PIAUÍ

mutuante ou com a seguradora por ela indicada.

Considerando as assertivas acima assinale a alínea que corresponde ao número de itens corretos:

- a) Um
- b) Dois
- c) Três
- d) Quatro
- e) Cinco

12) Assinale a alternativa correta:

- a) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- b) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias; não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias.
- c) A propriedade presume-se plena e exclusiva, sendo esta presunção de natureza juris et de jure.
- d) Nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo pessoal, ao cumprimento da obrigação.
- e) Nos direitos reais de garantia disciplinados no Código Civil, é permitida a chamada Cláusula Comissória.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13) Assinale a alternativa correta:

- a) O Código de Processo Civil, considerando que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, não prevê condições para o exercício do direito de ação.
- b) O princípio da ampla defesa, com previsão na Constituição de 1988, é direcionado apenas ao litigantes em processos judiciais.
- c) A jurisdição tem como uma de suas características a substitutividade, na medida em que o Estado substitui a vontade das

partes em conflito pela vontade do ordenamento jurídico, visando a pacificação social.

d) Partes, pedido e causa de pedir, são classificadas pela doutrina como condições da ação.

e) Uma criança, por ser absolutamente incapaz para os atos da vida civil, não tem capacidade de ser parte em um processo.

14) Assinale a alternativa incorreta:

a) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

b) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo.

c) Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes, que dele dependam.

d) Uma sentença feita por quem não é juiz, isto é, não está investido na jurisdição, constitui mera irregularidade sanável, pois se trata de nulidade processual relativa.

e) Decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente.

15) Analise as assertivas abaixo, e responda:

I) As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal;

II) A competência relativa está fundada em razões de ordem pública;

III) Por força do princípio dispositivo, é vedado ao juiz conhecer a incompetência absoluta ex officio;

IV) As causas onde a União figure como autora ou ré devem ser julgadas na Justiça Federal, mas na hipótese da União ser assistente litisconsorcial do autor, a



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO PIAUÍ

competência será da Justiça Estadual, pois, para a fixação da competência a intervenção de terceiros é irrelevante;

V) As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

Considerando as assertivas acima assinale a alínea que corresponde ao número de itens corretos:

- a) Um
- b) Dois
- c) Três
- d) Quatro
- e) Cinco

16) Assinale a alternativa correta.

a) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.

b) O morte de uma das partes implica na imediata extinção do processo.

c) O reconhecimento da decadência implica na extinção do processo sem resolução do mérito.

d) Em uma ação exclusivamente para reparação de danos morais, devido a impossibilidade de se quantificar o real valor da angústia sofrida pelo autor, é desnecessário atribuir valor à causa.

e) No sistema processual civil, é impossível a formulação de pedido genérico.

17) Assinale a alternativa incorreta.

a) A assistência requer a existência de um interesse jurídico do terceiro na intervenção do processo, não bastando o mero interesse moral.

b) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

c) Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça

estadual.

d) O princípio da eventualidade consiste na obrigatoriedade da exposição de todas as matérias defensivas quando da contestação;

e) Em respeito ao princípio da ampla defesa, é vedado ao Defensor Público, quando atuar na qualidade de curador especial, o uso da negativa geral.

18) Analise as assertivas abaixo, e responda:

I) Os fatos notórios não dependem de prova.

II) O efeito translativo permite que o tribunal conheça as matérias de ordem pública quando do julgamento do recurso.

III) O agravo retido independe de preparo.

IV) No cumprimento de sentença, o exequente poderá, em seu requerimento, indicar desde logo os bens a serem penhorados.

V) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.

Considerando as assertivas acima assinale a alínea que corresponde ao número de itens corretos:

- a) Um.
- b) Dois.
- c) Três.
- d) Quatro.
- e) Cinco.

DIREITO PENAL

19) Assinale a alternativa correta:

a) A Lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO PIAUÍ

b) Para a consumação do crime de latrocínio, além da ocorrência de homicídio, faz-se necessária a subtração de bens da vítima.

c) Inquéritos policiais e ações penais em curso podem ser utilizados para agravar a pena-base.

d) A utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, os crimes de moeda falsa e estelionato.

e) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, obsta o prosseguimento da ação penal.

20) Julgue os itens a seguir:

I) Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

II) A obrigação de pagar a quantia em dinheiro determinada na pena de multa é transmissível aos herdeiros do condenado.

III) De acordo com o Código Penal, considera-se praticado o crime somente no lugar onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

a) I e II estão incorretas;

b) I e III estão corretas;

c) Somente a I está correta;

d) Todas estão incorretas;

e) Todas estão corretas.

21) Joana, após o falecimento de sua genitora Maria, continuou a receber o benefício previdenciário desta, embora sabedora da ilegalidade de sua conduta. Qual crime cometido por Joana?

a) dano

b) roubo

c) furto

d) apropriação indébita.

e) estelionato

22) Sobre o concurso de crimes, julgue os itens a seguir:

I) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, incide em concurso formal de crimes.

II) Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, incide em concurso material de crimes.

III) Aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido o agente no concurso formal de crimes.

a) I e II estão incorretas;

b) I e III estão corretas;

c) Somente a II está correta;

d) Todas estão incorretas;

e) Todas estão corretas.

23) Não admitem tentativas, salvo:

a) crimes culposos

b) crimes plurissubsistentes

c) crimes preterdolosos

d) contravenções penais

e) crimes habituais

24) Assinale a alternativa incorreta:

a) Pelo princípio da nacionalidade ativa, aplica-se a lei penal do país a que pertence o agente, não importando o local do crime, a nacionalidade da vítima ou o bem jurídico violado.

b) A lei penal excepcional, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

c) A lei penal posterior que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, mesmo diante de sentença condenatória transitada em julgado.

d) Somente há crime, se houver lei anterior que o defina.

e) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil, se idênticas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO PIAUÍ

25) Julgue os itens a seguir:

I) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros.

II) No processo penal, contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

III) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

- a) I e II estão corretas;
- b) I e III estão corretas;
- c) Somente a II está correta;
- d) Todas estão erradas;
- e) Todas estão corretas.

26) Aponte a alternativa que apresenta a correspondência correta do prazo para interposição, de acordo com o Código de Processo Penal:

- a) Apelação – 8 dias
- b) Carta testemunhável – 24 horas
- c) Embargos infringentes – 10 dias
- d) Recurso em sentido estrito – 3 dias
- e) Embargos de Nulidade – 5 dias

27) Sobre prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, estão incorretas as alternativas a seguir, salvo:

- a) Somente nos casos de delitos cuja pena privativa de liberdade não seja superior a quatro anos, poderá a autoridade policial conceder fiança.
- b) Somente será reforçada a fiança caso se inove a classificação do delito.
- c) O Juiz Criminal dará preferência à prisão preventiva no caso concreto, podendo substituí-la por medida cautelar, conforme os antecedentes do indiciado.

d) Para a decretação de prisão preventiva, faz-se necessário indício suficiente de materialidade e autoria.

e) No prazo de 48 horas, caso o indivíduo preso em flagrante não informe o nome de seu advogado, deverá a autoridade policial encaminhar cópia integral do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

28) De acordo com a Lei dos Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259/2001):

I) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é relativa.

II) Não se incluem na competência dos Juizados Especiais Federais as causas para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária.

III) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

IV) Nos Juizados Especiais Federais, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

V) Incluem-se na competência dos Juizados Especiais Federais as ações de mandado de segurança e execuções fiscais.

Quantas assertivas estão ERRADAS?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO PIAUÍ

29) De acordo com a Lei Complementar nº 80/1994, são garantias dos Membros da Defensoria Pública da União, exceto:

- a) A independência funcional no desempenho de suas atribuições
- b) Inamovibilidade
- c) Vitaliciedade
- d) A irredutibilidade de vencimentos
- e) Estabilidade

30) Qual a alternativa INCORRETA?

- a) A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício.
- b) Aos idosos, a partir de 60 (sessenta) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos

termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.

c) É função institucional da Defensoria Pública promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes.

d) Constitui direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

e) Nos Juizados Especiais caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

QUESTÕES DISCURSIVAS

NOTA: Conforme o **item 4**, capítulo VI (DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO) do edital, atribuir-se-á nota zero à questão discursiva cuja resposta for redigida em menos de 5 (cinco) linhas.

Desta forma as questões discursivas devem ser respondidas observando os limites, **mínimo de 05 (cinco) e máximo de 30 (trinta) linhas**. E ainda, não será considerado as respostas das folhas de rascunho ou que estejam fora do espaço determinado no Caderno de Resposta.

Caso cometa algum erro na hora de transcrever o texto para o Caderno de Resposta correspondente, passe um traço sobre a palavra ou frase que deseja corrigir e em seguida transcreva a nova palavra ou frase.



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO PIAUÍ

QUESTÃO – 02

Tony Jovem, motorista habilitado há mais de 60 anos, trafegava em sua caminhonete com seu irmão Obsolon. Durante o percurso, os irmãos começaram a discutir acaloradamente porque um queria ser mais jovem do que o outro, o que faz com que Tony Jovem empreendesse altíssima velocidade ao automóvel (quicá para provar jovialidade!). Muito apavorado, Obsolon pede com insistência para que Tony Jovem reduzisse a velocidade do veículo, pois, com tal velocidade, não seria possível controlar o automóvel em uma situação de emergência. Tony Jovem, todavia, respondeu afirmando ser bom de direção e não admitiu qualquer risco de perder o controle da caminhonete, porém, o automóvel atinge uma cratera na pista de rolamento e, em razão também da velocidade, acaba se desestabilizando, culminando pelo veículo atropelar dois pedestres que estavam no passeio público, provocando-lhes lesão corporal leve. Realizada a perícia, que constatou a velocidade excessiva, e procedida às oitivas de Tony Jovem e de Obsolon, que relataram ao delegado de polícia a discussão havida entre eles, Tony Jovem foi, após a conclusão do inquérito policial, denunciado pelo Promotor de Justiça por dupla tentativa de homicídio com dolo eventual em concurso material. Recebida a denúncia pelo juiz de direito da vara criminal do Tribunal do Júri e subsequente dilação probatória, o Ministério Público pugnou pela pronúncia de Tony Jovem, nos moldes apontados na inicial.

Na condição de Defensor de Tony Jovem, responda aos questionamentos seguintes:

- 1- Quais argumentos poderiam ser deduzidos em favor de seu assistido? (4,0 pontos)
- 2- Quais pleitos deveriam ser deduzidos? (4,0 pontos)
- 3- Se ocorresse a pronúncia de Tony Jovem, qual recurso seria cabível e quem teria competência para julgá-lo? (2,0 pontos)

